



ATA Nº 7/2015

DA 2.^a REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DE 2015
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 4 DE MAIO DE 2015

-----No dia 4 de maio de 2015, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de abril de 2015 da mesma Assembleia, cuja 1.^a Reunião se tinha realizado no passado dia 27 de abril de 2015 e de que faltam tratar os seguintes pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município (continuação);*
- PONTO 2 - *Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano 2014 do Município de Lagos;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de aditamento aos acordos de execução celebrados entre o Município de Lagos e as Freguesias do Concelho;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado na carreira e categoria de Assistente Operacional (Coveiro);*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de afetação ao Domínio Público Municipal de Parcela de Terreno da Horta do Jogo da Bola (Intramuralhas);*
- PONTO 6 - *Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2014;*
- PONTO 7 - *Obras em edifícios e arruamentos contratadas por concurso público ou por ajuste direto de empreitadas de obras públicas em curso e em vias de serem lançados;*
- PONTO 8 - *Análise das deliberações e teor do concurso público provisório relativo ao Serviço A ONDA;*
- PONTO 9 - *Situação da Ponte D. Maria I, com análise de todos os procedimentos relativos às obras de reparação que conduziram ao seu encerramento e às vicissitudes alterações ocorridas no âmbito do concurso público e empreitada de construção e obra em curso;*
- PONTO 10 - *Situação do encerramento da Rua pedonal na Torraltinha, pela empresa J. A. Viegas, S.A., incluindo as vicissitudes ocorridas com o alvará n.º 8/83, e da vedação entre as Praias do Camilo e D. Ana e apreciação dos procedimentos encetados pela Câmara para remover as vedações em causa;*
- PONTO 11 - *Informação sobre as deliberações camarárias relativas à programação, animação e espetáculos relativos à*



Fl. 87v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

comemoração do dia 25 de Abril de 2015 e próximo Festival dos Descobrimentos, incluindo análise dos respetivos custos;

- **PONTO 12 - *Liberdade de atuação política dos funcionários dos Serviços Administrativos da Câmara enquanto Membros da Assembleia Municipal de Lagos e apreciação da política de informação, comunicação e relações públicas da Câmara e Município de Lagos, critérios de atuação e editoriais seguidos e formatos adotados;***
- **PONTO 13 - *Instituição do Julgado de Paz nas Terras do Infante;***
- **PONTO 14 - *Apreciação e votação da proposta de alteração da designação da Freguesia da União de Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria).***

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 56 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	António Marreiros Gonçalves
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Lagos (S. Sebastião e Santa Maria)]
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca [Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere]
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	José de Jesus Figueiras Gomes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim/Barão de S. João]
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros [Secretário da Junta de Freguesia da Luz]
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo



PSD	José Valentim Rosado
PSD	Nádia Cristina Vaz Laboreiro
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
TSL	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----ENTROU JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO DEPUTADO MUNICIPAL	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo	1 dia	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta	1 dia	Joaquim José Furtado Marreiros de Azevedo

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30/03.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).



Fl. 88v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – TOMADA DE POSSE:**

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João]	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30/03.
PS	José de Jesus Figueiras Gomes [Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim/Barão de S. João]	Substitui o Sr. Duarte Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João).

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Maria Fernanda Pires de M. Carvalho Afonso - Vereadora
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO O MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. Luís Andrés, tomou a palavra para referir que o seu filho tinha falecido em setembro de 2002, em Lisboa, no exercício das suas funções profissionais (Agente da Polícia de Segurança Pública), tendo sido sepultado numa catacumba no cemitério novo de Lagos. Disse que ao frequentar o cemitério com mais regularidade veio a saber que muitas catacumbas estavam apalavradas, sendo que havia interesse por parte da mãe e do pai deste filho de Lagos, em ficar com uma catacumba junto à do filho. Referiu que esta demonstração de interesse, foi pela sua esposa referida numa reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, na altura, Júlio Barroso, que, apesar de não poder satisfazer a pretensão destes pais, deu instruções à responsável pelo cemitério, na altura, para que usassem uma catacumba livre junto à catacumba onde estava o seu filho, situação que ajudou a família a fazer o seu luto pelo falecimento do seu ente querido. Disse que passados 12 anos a dita catacumba foi ocupada sem



que de tal fosse dado a conhecer à sua família, tendo todos os pertences lá colocados, desaparecido, pelo que solicitou a devolução dos pertences e a reposição da situação.-----

-----A Muniçipe Paula Andrés e o Muniçipe Luís Carlos Andrés, respetivamente mãe e irmão do falecido Agente da PSP, referido pelo cidadão que interveio anteriormente, corroboraram as palavras proferidas pelo Sr. Luís Andrés.-----

-----O Muniçipe Carlos Baptista, Delegado Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em funções públicas e sociais do sul e regiões autónomas, no Algarve, da CGTP intersindical, leu o seguinte comunicado: “DENÚNCIA DO DESMANTELAMENTO DO INEM ALGARVE. O sindicato dos trabalhadores em funções públicas e sociais do sul e regiões autónomas, STFPSSRA delegação de Faro da CGTP IN, está em luta com os trabalhadores do INEM. Estando assim o INEM no Algarve a ser desmantelado e descontinuado, por ser um grave retrocesso na vida dos trabalhadores que vêm os seus postos de trabalho ameaçados e em risco assim como a vida das populações. A central de emergência médica que tria as chamadas de emergência médica nasceu no Algarve no ano 2000 com as valências que todas estas centrais têm, atendimento, triagem e aconselhamento médico e acionamento de meios, com cerca de mais 30 trabalhadores de operadores de telecomunicações de emergência médica e médicos. Em 2012 na sequência do memorando da troika e na destruição do SNS o INEM, também presente nessa destruição, reuniram com estes trabalhadores numa sala e nunca assumindo publicamente que esta central de emergência médica iria fechar, foi dito aos trabalhadores que procurassem novos empregos porque iriam fechar esta central e que os trabalhadores mais velhos de idade pedissem de imediato a mobilidade na função pública. Estes trabalhadores com medo da perda dos seus postos de trabalho pediram na sua maioria mobilidade na função pública, ficando assim a resistir e lutar ate aos dias de hoje 6 trabalhadores que mantém esta central a funcionar 24 horas por dia. Importa dizer que estes trabalhadores, Técnicos de Operações e Telecomunicações de Emergência, são trabalhadores altamente qualificados nesta função da triagem das chamadas de emergência médica, acionamento de meios e intervenção em caso de catástrofe. Mas nessa mesma altura as medidas economicistas deste memorando da Troika de afundamento do país e de destruição do aparelho produtivo do estado, descontinuou esta central. Assim deixou de ter a valência que todas as outras centrais têm no resto do país, esta central neste momento só faz acionamento de meios de emergência médica. Quem atende as chamadas do 112 aqui da região que até a 2012 era os serviços no Algarve, agora é as centrais de Lisboa, Coimbra e Porto. Importa dizer que os meios de emergência médica andam na maior parte das vezes perdidos a procura dos locais porque as chamadas na sua referenciação vêm mal referenciadas. Porque o Algarve não é um bairro do centro de Lisboa como querem fazer querer, o Algarve é uma região muito específica com um litoral urbano/Rural e um interior urbano/Rural. Depois temos as questões linguísticas regionais que só os Algarvios conhecem, muitas vezes aparece nessas mesmas referencias dessas chamadas de emergência coisas que não tem nexos, atrasando o socorro as populações pois as equipas de emergência têm que



Fl. 89v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

pedir contacto com a central de Lisboa para estes fazerem um novo contacto com o contactante para perceberem o local exato, contacto esse que demora imenso tempo, porque esta central de Lisboa tem as linhas ocupadas por estar a regular serviços de 9 distritos, a viatura médica de emergência e reanimação no caso de precisar de passar dados para que avisem o hospital da chegada de um doente crítico com as linhas entupidas, espera-se e desespera-se o tempo de atendimento é o tempo de chegar ao hospital e salvar uma vida. O CODU (Centro de Orientação de Doentes Urgentes) Algarve sediado em Faro não esta autorizada a atender o telefone aos meios de emergência da região para ajudar neste sentido. Pois Lisboa não atende os telefones nem os pedidos de fonia via rádio. O Algarve com esta medida de destruição dos serviços públicos perdeu todas as valências que tinha e passou a ser um posto só de acionamento de meios de emergência. Assim o Algarve deixou de ter médicos a regular as chamadas de emergência médica, deixou de fazer aconselhamento e triagem, Em caso de catástrofe um dos médicos e dois TOTE da central de emergência tem que se deslocar para o terreno a fim de providenciar a forma mais rápida de evacuação das vítimas para os hospitais para o tratamento definitivo e articular com as autoridades vias de emergência, aqui no Algarve como já não existe médico, eles dizem que o médico vem de Lisboa, situação, inaceitável e repudiável. Houve outros serviços da delegação de Faro que fecharam e se fundiram na delegação do Sul, neste momento estão a desmantelar os serviços dos psicólogos de emergência médica CAPIC (centro psicológico intervenção em crise) que ocorre aos locais de emergência quando de uma situação inesperada de morte acontece assim como também apoiam psicologicamente todos os trabalhadores do INEM e intervenientes do SIEM (Sistema Integrado de Emergência Médica). Que estão sujeitos a várias pressões de ordem psicológica. Só trabalhadores do INEM aqui no Algarve são 100, neste momento estão a destruir este serviço querendo mesmo encerrar, levando tudo para Lisboa. Estes profissionais passam por graves problemas, todos os dias no Algarve existe muitos serviços em espera de equipas de emergência devido a este problema. A descontinuação da central de emergência esta a colocar os Algarvios e a população em risco de vida, acabando muitos por pagar com a própria vida. Os psicólogos de emergência atuam através do CAPIC (Centro Psicológico de Intervenção em Crise) nos CODU a atender chamadas de emergência e a fazer aconselhamentos nesta área, intervêm no terreno com a UMIPE (Unidade Móvel Intervenção Psicológica em Emergência), estes profissionais ocorrem sempre que necessário quando uma situação de morte inesperada acontece, violência doméstica, tentativas de suicídio, catástrofe, etc. Estes profissionais são uma mais-valia para a instituição e para o Algarve. Os serviços administrativos também estão a ter problemas sérios com um atendimento ao público, tiraram-lhes a autonomia e toda essa mesma autonomia passou para Lisboa e assim estão a criar vários problemas graves nestes profissionais. Assim estes profissionais não sabem o dia de amanhã. Esperando um futuro inserto. Estes serviços são imprescindíveis para o funcionamento em pleno da atividade da emergência. O Algarve também tinha um polo de formação para todos os intervenientes do socorro, aqui formava-se mais de 100 operacionais de todos do



sistema integrado de emergência médica (elementos dos bombeiros e cruz vermelha e INEM) também esta mais valia foi perdida e desmantelada pelo a mão do Governo, a formação do SIEM (sistema integrado de emergência médica) para todos estes elementos era uma mais-valia para o socorro Algarvio. Estando agora a privatizar a administração de formação de emergência médica por privados entregando esta mesma formação aos grandes interesses de vários grupos privados. Aumentando a despesa pública com as sucessivas deslocações a Lisboa de vários profissionais nesta matéria. Este processo é um grave retrocesso na vida dos Algarvios, nunca esquecendo que temos um Aeroporto Internacional no Algarve ficando assim milhares e milhares de pessoas em risco, lembrando que em trânsito anualmente de janeiro a janeiro visitam-nos mais de 2 milhões de pessoas e desde maio a outubro temos uma população com mais de 5 milhões de pessoas, nunca esquecendo as 500 mil pessoas residentes, a estrada nacional 125, uma das maiores e mais mortíferas estradas de Portugal, a via do infante com a passagem de matérias perigosas, dunas e arribas em risco de rutura. O INEM dispõe de uma viatura de intervenção em catástrofe para fazer face a estas situações, mas é imprescindível a central de emergência trabalhar em sua plenitude, a presença de médicos e dos psicólogos de emergência médica. Soubemos agora que o INEM quer colocar um posto de triagem e acionamento para VIP para altas individualidades, quer que esteja nesta mesma central tudo pronto se algo acontecer como se fosse um apagão no resto do país e esta central seria a substituição, Situação Inaceitável esta central tem que funcionar em plenitude como as outras porque o Algarve também é Portugal. A emergência médica não tem cidadãos de primeira nem de segunda os algoritmos são iguais para todos. Estes trabalhadores desde a central de emergência médica aos técnicos de emergência na rua, estão a sofrer uma forte pressão laboral, que o governo quer levar a cabo em nome da troika e na sequência da política de direita, com o aumento do horário de trabalho das 35 horas para as 40 horas semanais, trabalho esse sem direitos, está a provocar um enorme cansaço físico e psicológico nestes profissionais, por estar a ser complicado a recuperação de turno para turno com este horário excessivo, é importante lembrar que esta profissão é de desgaste rápido e cria lesões musco-esqueléticas irreversíveis. Neste sentido estes profissionais andam na maioria das vezes exaustos. O INEM esta sediado no MARF (mercado abastecedor da região de Faro), numas instalações com cerca de 1950 por mês, está nestas instalações á 6 anos, com o valor desta renda, nestes anos, já tinha construído um edifício de raiz e era autossustentável e era mais um edifício do património público. Assistimos aqui a um despesismo brutal público. Lembrando que a emergência médica não para a emergência médica é em todos os segundos em todos os locais, agora e em qualquer lugar. Vimos pedir à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal de Lagos e aos demais presentes que intervenham junto das entidades competentes e que denunciem esta situação, porque todos nós precisamos dos serviços de emergência médica. O sindicato dos trabalhadores em funções públicas sociais sul e regiões autónomas Algarve da CGTP IN, tem, como preocupação os trabalhadores que aqui estão a ver o seu direito ao trabalho comprometido e as populações o direito ao socorro, o STFPSSRA tudo fará para



Fl. 90v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

que estes serviços regressem e funcionem em plenitude no Algarve, para um Algarve seguro e com futuro.”-----

-----A Muniçipe Filomena Machado, referindo-se às obras que estavam a ser desenvolvidas na praia da D. Ana, disse não entender como é que as pessoas que gerem o Concelho conseguem compactuar com o que está a ser feito na praia da D. Ana pelo Governo Central. Sugeriu que fosse pensada a hipótese de se desenvolver uma candidatura de património natural, para toda a costa marítima do Concelho de Lagos.-----

-----**ENTRADA DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	21.03

-----O Muniçipe Alexandre Botelho, disse que o Algarve tem uma das melhores e mais belas orlas costeiras do Mundo, sendo que a obra que está a ser desenvolvida na praia da D. Ana está a alterar e a modificar estas características. Referiu que tudo isto tem grande impacto para o turismo, prejudicando assim a economia do Concelho. Questionou sobre a posição dos autarcas sobre tudo isto. Referindo-se à vedação colocada entre a praia da D. Ana e a praia do Camilo perguntou como podia estar um terreno de domínio público vedado ao público.-----

-----O Muniçipe António Santos, começou por cumprimentar o Dr. Jorge Ferreira, uma vez que, na sua opinião, é uma pessoa que defende o povo Lagos e que, cobardemente, ultimamente foi alvo de atos de vandalismo. Referiu que existe um cidadão em Lagos, de seu nome Jorge Fausto, que tem sido discriminado há décadas. Referiu que o cidadão tem uma ligeira deficiência, mas esteve a trabalhar na MultiServiços e foi despedido quando a empresa perdeu o concurso da limpeza urbana em Lagos. Disse que este cidadão precisa de uma casa, estando atualmente a gastar mais de 300 euros por mês numa renda. Referindo-se às obras na praia da D. Ana, disse que as mesmas são o princípio da destruição da zona, uma vez que os grandes capitalistas querem construir na zona. Disse que há anos que não vê as ruas da cidade tão sujas e tão cheias de buracos. Referindo-se à Universidade Sénior de Lagos disse que algo de errado se passa na instituição. Chamou à atenção para o facto de se verificar a venda de droga na Praça onde se situa o Edifício dos Antigos Paços do Concelho e um posto de atendimento da PSP, em pleno centro histórico e informou que já há um canal de televisão interessado em fazer uma reportagem sobre a situação. Disse que é urgente resolver o assunto do hotel Golfinho, uma vez que há já muito tempo que o mesmo está em ruínas. Referindo-se ao Festival dos Descobrimientos, disse que o evento não foi divulgado.-----

-----O Muniçipe Fernando Silva Grade fez a seguinte intervenção: “Boa noite. Eu sou sócio da ALMAGEM - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve e venho intervir no mesmo sentido de algumas intervenções anteriores. A Costa Dourada, a Costa de todos os deslumbramentos da Sophia de Mello Breyner Andresen; “a realização perfeita da paisagem marítima grega tal como



os poetas da antiguidade a conceberam”, nas palavras de Manuel Teixeira Gomes, que via, vislumbrava e quando escrevia aquela Costa vislumbrava pirâmides, esfinges, castelos, basílicas, ruínas de cidades colossais; a Costa Dourada é a grande catedral dos lacobrigenses. Barcelona tem a Sagrada Família, Paris tem a Notre-Dame, os lacobrigenses têm a Costa Dourada. É um monumento da mesma grandeza que os outros, não foi feito pelos homens, mas foi-nos ofertado pelos Deuses. Ora é inconcebível aquilo que se está a fazer num património indefetível, não só dos cidadãos de Lagos, mas dos algarvios, dos portugueses e da humanidade. Estes são os nossos budas de Bamiyán que estão a ser destruídos pelos talibãs. Oral tal como hoje em dia o Estado Islâmico está a destruir as ruínas da Mesopotâmia aqui, na Europa, supostamente civilizada, está-se a destruir um prodígio da natureza. Portanto eu acho que a Câmara Municipal de Lagos não teve, nem pouco mais ou menos, a capacidade de ter a função de guardião daquilo que é mais precioso da região de Lagos, que é esta Costa, única no Mundo. Portanto eu acho que aqui está uma situação que urge, não sei como, mas com vontade haveria sempre maneira de interromper as obras para uma discussão pública. A Câmara de Lagos pode dizer que, lavar as mãos como Pilatos, que é a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, mas a Câmara de Lagos já deu o beijo de Judas, porque eu no processo que estive a ver a Câmara de Lagos pressionava para que as obras acontecessem o mais rapidamente possível. Ora aqui a questão securitária é uma falácia; aqui o que existe são interesses do turismo de massas, o mesmo turismo que tem delapidado de ponta a ponta, esta região. Ora a Câmara de Lagos vai-se habilitar sem margem para dúvidas a ficar na história desta cidade como o responsável da destruição do elemento mais precioso da cidade, mas, não pensem que a luta terminou; há pessoas dispostas a lutar e posso-vos dizer que neste momento já há ecos na imprensa internacional, nomeadamente no Courrier international, que posso dizer que, para minha surpresa, traduziu e pôs em francês um texto que eu publiquei no jornal Público. Portanto eu acho que ainda estamos na altura de fazer um exame de consciência, porque a destruição da Praia da D. Ana é um pretexto e é um precedente para isso acontecer em todas as outras, aliás, em toda a Costa do Barlavento Algarvio, desde Albufeira até à Ponta da Piedade é esse o plano diabólico é construir uma grande Costa da Caparica e esta geração que destruiu o Algarve no futuro, as novas gerações hão de colocar-lhes cardos e plantas espinhosas nos seus túmulos.”-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, começou por dizer que os Membros da Câmara Municipal, presente na reunião, estavam ali para esclarecer, respeitando a opinião dos munícipes. Relativamente ao exposto pelo Sr. Luís Andrés, disse que a mesma é muito especial e única, com a qual o atual Executivo se deparou no início do mandato. Referiu que o que aconteceu foi que a família, após a morte de um dos seus filhos, manifestou intenção de ficar com a catacumba por cima daquela onde estava o seu filho, só que tal situação não é permitida pelo Regulamento Municipal, pelo que não pôde ser satisfeita tal pretensão, no entanto o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na altura, fez um acordo verbal, que era do conhecimento de alguns funcionários. Disse que passados



Fl. 91v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

alguns anos, e por falta de espaço, essa catacumba teve que ser ocupada. Referiu compreender a mágoa da família, mas a pretensão da família do Sr. Andrés, não pode ser satisfeita. Relativamente à informação dada de que teriam desaparecido bens da catacumba apalavrada para a família Andrés, disse que a relação dos mesmos deverá ser entregue na Câmara Municipal, para que esta averigue a situação e possa apurar quem foi responsável pela mesma. Disse que a praia da D. Ana é uma das mais bonitas do Mundo, mas há vários anos que a mesma se tem vindo a degradar e a colocar em risco todos aqueles que a frequentam, pelo que necessita de uma intervenção, no sentido que nada de mal aconteça, sendo que isto nada tem a ver com os grandes interesses capitalistas. Referiu que a Costa Dourada não é só a praia da D. Ana, é bem mais vasta. Disse que muitos estudos foram feitos, ao longo dos últimos anos, para se chegar à conclusão que é necessário fazer uma intervenção de fundo na praia da D. Ana, pelo que a Câmara Municipal assume a opção tomada pelo Governo Central, não dando com esta sua posição, nenhum beijo de Judas, nem lavado as mãos como Pilatos. Referiu que qualquer posição tomada sobre este assunto, seja a favor, seja contra, é legítima, sendo que quem decidiu tal intervenção foi o Ministério do Ambiente. Disse ainda que já na década de 90 muitos políticos na Assembleia Municipal defendiam a recarga da praia da D. Ana. Sobre a vedação do terreno entre a praia da D. Ana e do Camilo, disse que o terreno é de particulares e estes podem vedar a sua propriedade, mas cumprindo as regras existentes para tal e isso não se verificou, pelo que as autoridades com competências naquela parcela do território, o Estado Português, na figura do Ministério do Ambiente, já tomaram as devidas providências. Sobre a acusação de que o cidadão Jorge Fausto tem sido perseguido em Lagos, disse que tal nunca se verificou, tendo sido sempre estimado. Disse que a MultiServiços deu trabalho a este cidadão, assim como a Ecoambiente lhe deu no presente. Referiu que o Sr. Jorge Fausto atualmente paga 280 euros de renda de casa, estando na lista de espera, da Câmara Municipal, das pessoas que necessitam de habitação social em Lagos e que logo que seja possível irá ser satisfeita tal necessidade. Sobre arranjos de ruas, disse que os mesmos estão a ser ponderados e serão realizados consoante a disponibilidade financeira assim o permita. Sobre os problemas na Universidade Sénior disse não ter conhecimento dos mesmos, mas a existirem os mesmos devem ser resolvidos no seio dos órgãos sociais da Associação, que é uma instituição de respeito e que têm dado um contributo muito válido para o Concelho. Sobre a questão da droga do centro da cidade, disse que se haver um canal de televisão que resolva a situação, então que o faça o quanto antes. Sobre o Hotel Golfinho, disse que o atual proprietário alega dificuldades financeira para não avançar com uma intervenção no edifício. Em relação à falta de divulgação do Festival dos Descobrimentos, disse que a mesma foi feita. Disse que o Mundo andaria todo melhor se todos os talibãs fossem como a Presidente da Câmara Municipal de Lagos.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) sobre a questão mencionada pela família Andrés disse não achar normal que uma questão destas tenha sido tratada só por forma verbal, recomendando que situações idênticas não se repitam no futuro. Agradeceu as palavras do Sr. António Santos em relação à sua pessoas. Sobre a obra na praia da



D. Ana disse ser da opinião de que o assunto deveria ter tido uma maior discussão pública. Em relação à vedação do terreno entre a praia da D. Ana e do Camilo, disse que o processo de licenciamento da vedação é da competência da Câmara Municipal, pelo que quando o proprietário começou a colocar a vedação, não licenciada, a Câmara Municipal tinha o dever de embargar a obra.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) esclareceu que a Assembleia Municipal tem um Regimento que não permite que os seus Membros discutam os assuntos colocados pelos cidadãos, apenas podem remeter os assuntos colocados pelos cidadãos para a Câmara Municipal, para que esta esclareça este Órgão.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO).**-----

----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) começou por dizer que a Assembleia Municipal, ao contrário do que se tinha verificado no ano anterior, não teve a devida intervenção na organização das comemorações do 25 de Abril. Ainda sobre o 25 de Abril, questionou sobre o custo do artista Vitorino. A propósito de uma chamada de atenção feita pela Sra. Presidente da Câmara Municipal na última reunião da Assembleia Municipal, sobre o seu discurso na Sessão Solene do 25 de Abril, leu o seguinte extrato do mesmo: “O que se espera de uma autarquia é que contribua para que se criem as condições e o contexto para que as pessoas e as instituições não fiquem na sua dependência e na dependência dos recursos que distribui, mas sim, ajudar e dar espaço para que a sociedade e as empresas possam dar o seu contributo para que cada um saiba pescar, isto é, para que cada um tenha ao seu alcance um posto de trabalho ou um negócio que lhe permita viver a sua vida com independência, liberdade e dignidade. Na dependência, seja de que poder for, estes valores esfumam-se e, a dignidade humana de quem depende de outrem para sobreviver sem o sentido da esperança em um dia, poder mudar de vida e deixar a esmola, é uma realidade sem conteúdo.” Referindo-se à obra de intervenção no piso que estava a decorrer na Rua 1.º de Maio, disse que mais uma vez se tinha perdido uma oportunidade de se fazer uma obra como deve ser, ou seja, mexe-se só à superfície e não se mexe no que está no subsolo, sendo que isso acarreta prejuízos para o Município. Disse que continuam a persistir os problemas a nível de iluminação pública. Sobre limpeza urbana disse que está a ser feita limpeza em locais privados, situação com a qual não concorda. Referiu que através da Mesa da Assembleia Municipal tinha solicitado informações sobre diversos assuntos para serem apreciados na presente Sessão da Assembleia Municipal, à Câmara Municipal, mas, mais uma vez, essa informação não chegou à Assembleia Municipal. Chamou à atenção para o facto do número de casas abandonas no Centro Histórico estar a aumentar. Referindo-se ao Festival dos Descobrimentos, questionou sobre os custos referente à participação da companhia de teatro Viv’Arte no Festival. Ainda sobre este assunto disse que o Concelho tem pessoas capazes para fazer a animação do Festival e com isso poupar dinheiro ao Município. Disse que a maior parte do eventos da Câmara não têm a participação dos Vereadores da Câmara Municipal sem pelouros, situação com a qual não concorda. Referiu não ver a necessidade de existir na Câmara Municipal um Serviço de Notariado, a não ser que o mesmo sirva



Fl. 92v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

para remunerar, de modo extra, alguns funcionários da Câmara Municipal ligados a este serviço. Perguntou porque é que a maior parte das empreitadas referidas na Informação da Sra. Presidente, foram por contratação direta e não por concurso público. Sobre o problema do Campo de Golfe de Espiche, disse que a Câmara Municipal diz que com o PDM o assunto está resolvido, tendo perguntado se não haver PDM como será. Disse que não percebe como processos de execuções fiscais prescrevem, quando o processo é levantado de imediato. Sobre a taxa de execução do Plano Plurianual, disse que se é para executar apenas 15% do previsto, para que servia o mesmo.-----

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) referindo-se ao Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e a Guarda Nacional Republicana, perguntou qual o âmbito do Protocolo, qual a data prevista para início do mesmo, e para quando a assinatura. Solicitou pelo ponto de situação sobre o Regulamento do Canil Municipal. Perguntou se sempre foi feito o anunciado balanço relativamente à atividade de venda ambulante exercida na Avenida dos Descobrimentos.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que a Assembleia Municipal tinha enviado um ofício à Câmara Municipal sobre o Regime Especial de Regularização das Unidades Produtivas, na sequência de uma Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, mas até à data a Câmara ainda não respondeu; lembrou que o Regime mencionado tem o prazo de um ano. Deu os parabéns à Câmara Municipal pela realização do Festival dos Descobrimentos, e ao Clube de Vela de Lagos pela realização do Campeonato do Mundo de Windsurf.-----

-----O Sr. Celso Costa (CDU) solicitou informação sobre as obras da EN 125 no Concelho de Lagos e sobre o Ecovia do Litoral – Plano EuroVelo, bem como da Ecovia no Concelho de Lagos. Sobre a limpeza urbana no Centro Histórico, disse que o ano passado a mesma foi deficiente, pelo que perguntou se estava previsto algum reforço neste serviço na época alta que se aproximava.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou se a Sra. Presidente já lhe sabia responder sobre o número de Contratos de Emprego de Inserção existentes na Câmara Municipal e sobre o “muro bonito”.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) perguntou se há previsão para atribuição de subsídios aos Clubes e às Associações, por parte da Câmara Municipal. Referindo-se ao Plano Plurianual de Investimento, disse achar curioso a rubrica “Outros” ser a que tem verba mais elevada. Sobre o fornecimento de energia elétrica, e mais concretamente sobre energia reativa, disse que se os contratos forem alterados, durante um ano não existirá débito de energia reativa. Chamou à atenção para festas realizadas num dos montes junto ao supermercado Continente, ilegais.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) informou que iria enviar para os Serviços da Assembleia Municipal, a documentação da última reunião da Assembleia Intermunicipal, para que a mesma fosse enviada para todos os Membros da Assembleia Municipal. Sobre a praia da D. Ana disse que o problema está nas arribas, pelo que a intervenção deveria ser feita às mesmas, ou seja, deveriam ser consolidadas. Disse que a praia da D. Ana é uma pérola e não se pode fazer um colar com uma pérola, acrescentando que com a obra que vai ser feita na praia a



D. Ana vai deixar de ser pérola.-----
-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, sobre as Comemorações do 25 de Abril disse que as mesmas tinham corrido muito bem. Em relação ao discurso do Sr. Jorge Ferreira na Sessão Solene do 25 de Abril e ao que o mesmo tinha dito na presente reunião, sobre a área social, disse que o mesmo continua a não perceber como funciona a ação social da Câmara Municipal. Sobre o asfaltamento de algumas ruas do Centro Histórico, reconhece que se deveria mexer nas infraestruturas existentes no subsolo, mas as verbas existentes não dão para tal. Sobre a iluminação pública, disse que há situações a corrigir, mas tem sido feito um grande esforço no sentido de minimizar os problemas existentes. Sobre a limpeza urbana disse que o princípio do concurso aberto para o efeito, era de que a Câmara Municipal não limpa espaços privados. Sobre a informação solicitada pela Grupo Municipal LCF à Câmara Municipal, a qual não obteve resposta, disse que a mesma está a seguir os diversos passos. Relativamente às casas abandonadas no Centro Histórico disse que está a ser elaborado o Plano Estratégico de Reabilitação do Centro Histórico de Lagos, o qual contempla essa situação. Sobre a participação da Viv'Arte no Festival dos Descobrimentos disse que esta companhia de teatro participa no Festival dos Descobrimentos desde a sua primeira edição. Ainda sobre a participação das coletividades lacobrigenses no Festival dos Descobrimentos, disse que a mesma foi muito ativa e com muita qualidade, tendo acrescentando que a população participou igualmente de uma forma ativa. Disse que normalmente todos os Vereadores da Câmara Municipal são convidados para participarem nos eventos da Câmara Municipal. Referiu que a questão do Campo de Gole de Espiche foi uma situação muito complicada, mas no presente reúne todas as condições para ser licenciado, pelo que se houver PDM, este Plano vai dar oportunidade para que o mesmo seja licenciado. Informou que tinha sido assinado, com o Sr. Secretário de Estado, um contrato de comodato relativamente à GNR, em que a Câmara cedia um espaço, sendo as obras por conta e risco do Estado, e em troca receberá as atuais instalações da GNR. Sobre o Regime Especial de Regularização das Unidades Produtivas, disse que o mesmo está a ser analisado pelos Serviços. Disse não ter mais informações sobre as obras na EN 125. Sobre o número de Contratos de Emprego de Inserção existentes na Câmara Municipal, disse que no presente são cerca de 35, mas, no entanto, este número é variável. Relativamente a subsídios a atribuir aos Clubes e às Associações de Lagos, disse que os mesmos irão ser ponderados em breve. Disse que as festas não licenciadas são um caso de polícia, uma vez que não é a Câmara Municipal que as licencia. Sobre as arribas da praia da D. Ana, disse que a intervenção nas mesmas está prevista para uma segunda fase da obra. Relativamente ao “muto bonito”, disse que o proprietário do mesmo continua a ser notificado e que o assunto se irá resolver.-----
-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre o Orçamento Participativo, questionado na anterior reunião da Assembleia Municipal, disse que têm sido feitas sessões de esclarecimento, sendo que a participação tem sido baixa, ao contrário do desejado. Informou que o aumento da receita, provenientes de impostos, tem origem no IMT, e não da atividade económica, não tendo sofrido



Fl. 93v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

alteração a receita arrecadada, proveniente da atividade. Sobre o Serviço de Contrato e Notariado, disse que esta é a designação do Serviço, não significa que seja só praticados atos de notariado. Relativamente às adjudicações por ajusto direto, disse que essa é uma das formas previstas em Lei, no entanto é intenção da Câmara Municipal que o ajusto direto seja exceção e não regra. Disse que foi feito o balanço sobre a venda ambulante na Avenida dos Descobrimentos e o mesmo foi apreciado por toda a vereação da Câmara Municipal; acrescentado que a Câmara Municipal não tem jurisdição na área pelo que não consegue fazer fiscalização na zona, mas está a tentar inverter a situação. Sobre a Ecovia disse que foi feita uma reunião com a AMAL com a intenção de revitalizar o assunto. Referiu que os subsídios a atribuir às associações, numa primeira fase vão excluir os clubes, uma vez que estes têm sido apoiados de uma outra forma.-----

-----A Sra. Vereadora da Câmara Municipal, Maria Fernanda Afonso, relativamente à preparação das Comemorações do 25 de Abril, disse que assim como a Câmara Municipal não contactou a Assembleia Municipal para participar na preparação das comemorações, a Assembleia Municipal também não contactou a Câmara Municipal nesse sentido. Informou que o espetáculo do Vitorino teve um custo de 3 200 euros e foi realizada uma receita de 1 140 euros. Reportando-se ao Festival dos Descobrimentos, disse que o Sr. Jorge Ferreira se interroga quando tem toda a informação entre mãos e pura e simplesmente não a lê porque gosta de falar na Assembleia Municipal. Informou que a participação da Viv'Arte no Festival dos Descobrimentos teve um custo de 15 000 euros, sendo que o teto máximo estabelecido para este Festival foi de 70 000 euros. Sobre a Ação Social, perguntou ao Sr. Jorge Ferreira se conhecia as competências da Câmara Municipal a nível da Ação Social, se sabia o que era a Rede Social, se conhecia o Regulamento de Apoios Sociais, se conhecia o trabalho de acompanhamento das assistentes sociais a nível habitacional. Disse que quando o Sr. Jorge Ferreira diz que a intervenção da Câmara Municipal na Ação Social é uma intervenção subsidiária e que deveria ser feita uma avaliação custo/benefício, a Vereadora responsável pela Ação Social responde, o custo são euros e o benefício e dar a quem precisa e a quem não tem, de acordo com as competências que constam na legislação.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que a intervenção na Rua 1.º de Maio, é idêntica a outras que foram feitas noutras ruas do Centro Histórico, sendo que estão contempladas algumas intervenções a nível de infraestruturas na zona envolvente. Em relação a uma intervenção de fundo a nível de infraestruturas, disse que a mesma tem que ser feita em todo o Centro Histórico, mas a mesma só será possível quando haver disponibilidade financeira. Referiu que as intervenções feitas à superfície protegem as infraestruturas no subsolo, apesar de degradadas. Disse ainda que toda esta intervenção no Centro Histórico tem uma lógica e uma sequência. Em relação à iluminação pública disse que a Câmara Municipal tem feito u esforço no sentido de reduzir custos e servir melhor a população Sobre a limpeza urbana disse que o caderno de encargos diz, claramente, que a limpeza é efetuada só em espaços públicos, sendo que o mapa que a empresa apresentou aparece os arruamentos do parque de campismo militar, uma vez que o



mapa foi retirado do Google, mas não é feita limpeza urbana, pela Câmara Municipal, nesses arruamentos. Em relação ao Regulamento do Canil Municipal disse que o que está a ser elaborado é uma adenda ao mesmo, que tem a ver com as regras de utilização, estando o trabalho numa fase muito avançada. Relativamente à limpeza urbana específica dos ecopontos, disse que a Algar, não está com capacidade de resposta, no entanto sabe que a Algar vai contratualizar com outras empresas o reforço da recolha no período do verão. Disse que a Câmara Municipal está a tratar do assunto da energia reativa. Sobre as obras da praia da D. Ana, disse que nesta reunião se tinham debatido ideias, de uma forma civilizada, ao contrário do que aconteceu na abordagem na via pública verificada no dia 30 de abril, onde foram pedidas explicações aos membros da Câmara Municipal sobre as obras num local impróprio para debater o assunto. Ainda sobre a praia da D. Ana disse que a faixa de risco é uma vez e meia a altura da falésia, sendo que quando a maré está cheia não há zonas seguras na praia e quando a maré está vazia as zonas em segurança são muito poucas, pelo que a recarga da praia D. Ana e a obra que está a ser feita é indispensável. Terminou dizendo que as falésias serão intervencionadas logo que estejam criadas condições para tal.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o acesso à informação é para discutir assuntos da Assembleia Municipal, pelo que não deve ficar ao critério da Câmara Municipal o timing do fornecimento da informação, porque isso deixa os Membros da Assembleia Municipal sem a informação necessária. Referiu que a interpretação das suas palavras, por parte dos Membros da Câmara Municipal, não foi a melhor.---

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal, provavelmente, não trouxe os apontamentos relativamente às questões colocadas na anterior reunião da Assembleia Municipal, por isso ficaram questões por responder. Sobre o balanço da venda ambulante na Avenida dos Descobrimentos disse que nem toda a oposição tomou conhecimento do mesmo.---

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que tinha os apontamentos, mas que havia algumas questões que iria responder depois.-----

-----**PONTO 2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2014 DO MUNICÍPIO DE LAGOS:**

Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal que a requereram nos termos regimentais, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-556-12.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, em conjunto com o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, fizeram a respetiva introdução ao assunto.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Pesar apresentado pela Grupo Municipal da CDU: “pela Mesa: “Faleceu, recentemente, o Dr. Francisco António Correia Florêncio, Presidente da Assembleia Municipal de Portimão. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 4 de maio delibera: - Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Francisco Florêncio, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória.”-----



Fl. 94v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

-----Não tendo sido alvo de qualquer tipo de intervenção foi o Voto de Pesar colocado à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 41/AM/2015:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pela Grupo Mesa.--

-----Seguidamente foi, pelo Plenário, cumprido um minuto de silêncio em memória de Francisco Florêncio.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta da deliberação tomada pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NA DELIBERAÇÃO TOMADA:** Na deliberação tomada no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 11 de maio de 2015, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, ainda no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 23 horas e 57 minutos, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....
.....